



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Ata da 8ª Reunião Ordinária de 2026 do Conselho de Orientação do Parque Doutor Fernando Costa – Água Branca

1. Data, Hora e Local

Realizada no dia 12 de agosto de 2026, às 10h15, no Auditório Paulinho Nogueira, no prédio da Administração do Parque, localizado na Av. Francisco Matarazzo, nº 455 – Água Branca, São Paulo.

2. Participantes

2.1. Membros titulares e suplentes, conforme disposto no art. 1º da Portaria SEMIL-SMA-DPU nº 12/2026

Titulares Governo e Sociedade Civil

Sra. Cristiane dos Santos Oliveira (SEMIL-DPU);
Sra. Sonia Maria Vergueiro Porto (Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré);
Sra. Marcia Maria Cunha da Souza (Instituto de Arquitetos do Brasil);
Sra. Jupira Cauhy (Instituto Rogacionista);
Sra. Claudia Lukianchuki (Instituto Casa da Cidade).

Suplentes Governo

Sra. Ana Claudia Costa Aguiar (SPI-SGP);
Sr. Rogério Nascimento Alves (SAA).

Suplentes Sociedade Civil

Polyana Vila Boas (Associação da Agricultura Orgânica);
Aleksander Tomaz Nobre (Instituto Núcleo de Melhor Idade – Estação Vida).

Demais participantes subscritos na lista de presença da reunião.

Sra. Carolina Sanzi (Concessionária Reserva Novos Parques S.A.);
Sra. Sônia (Concessionária Reserva Novos Parques S.A.);
Sr. Felipe (Concessionária Reserva Novos Parques S.A.);
Sr. David (Concessionária Reserva Novos Parques S.A.);
Sra. Laís Dantas de Araújo (SPI-SGP);

Outros participantes e convidados signatários da lista de presença anexa.

3. Ordem do Dia

3.1. Comunicados da Presidência

3.2. Considerações sobre o manejo do bambuzal e a visita técnica à APP

3.3. Manifestações dos voluntariados por solicitação da Conselheira Claudia Lukianchuki



3.4. Apresentação da Concessionária Reserva Parques sobre as intervenções no Parque

3.5. Encaminhamentos

3.6 Encerramento

4.1. Comunicados da Presidência

A Sra. Ana Cláudia da Costa Aguiar, na qualidade de presidenta suplente, iniciou os trabalhos realizando a conferência da presença dos conselheiros do governo e da sociedade civil, constatando a instalação do quórum regular da reunião. Na sequência, informou que, em atendimento a solicitações formuladas em reuniões anteriores, foram adotadas medidas para ampliar a divulgação das reuniões ordinárias do Conselho junto aos frequentadores do Parque.

A Sra. Ana Claudia esclareceu que, com o apoio da Concessionária Reserva Parques, foram confeccionados e afixados cartazes contendo a convocação da reunião e os itens constantes da pauta em diversos pontos de circulação do Parque, incluindo o Centro de Visitantes e painéis informativos existentes nas dependências do equipamento. Ressaltou que a iniciativa busca fortalecer a transparência dos trabalhos do colegiado e criar entre os usuários do Parque a cultura de acompanhamento das atividades do Conselho.

Em seguida, a Presidência apresentou informações sobre o andamento do Regimento Interno do Conselho. Informou que foi concluída uma versão consolidada do documento, incorporando as deliberações debatidas na reunião extraordinária realizada para esse fim, bem como as contribuições posteriormente encaminhadas pelos conselheiros por meio eletrônico.

Esclareceu que, após identificação de problema relacionado ao versionamento de arquivos anteriormente compartilhados, foi realizada nova consolidação do texto, resultando em uma versão considerada final pela Presidência. A Presidenta, ainda, esclareceu que o próximo passo consistirá no encaminhamento do Regimento Interno à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística - SEMIL para análise técnica e jurídica, seguido da apreciação pela Chefia de Gabinete e posterior publicação.

Informou ainda que o envio ocorreria acompanhado de nota técnica elaborada pela equipe da SPI e que a expectativa era concluir esse encaminhamento até o final da semana seguinte. Também registrou que os conselheiros seriam formalmente cientificados quando da remessa do documento à SEMIL. Durante a discussão do tema, a Sra. Conselheira Jupira Cauhy manifestou interesse na realização de uma nova reunião extraordinária destinada à leitura conjunta da versão consolidada do



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Regimento Interno, com o objetivo de esclarecer inclusões, exclusões e ajustes promovidos na redação final.

Diante da manifestação dos conselheiros presentes, a Presidência acolheu a sugestão e deliberou pelo agendamento de reunião extraordinária específica para continuidade da análise do documento, especificamente no dia 19/08/2026, no horário das 10 horas. Prosseguindo com os informes, a Presidência comunicou que também foi atendida solicitação anteriormente apresentada ao Conselho referente à disponibilização pública dos materiais exibidos durante as reuniões.

Informou que já se encontrava disponível no sítio eletrônico institucional a apresentação realizada pela ARSESP na reunião anterior e que os materiais apresentados passariam a ser divulgados conjuntamente com as respectivas atas, ampliando o acesso às informações e à documentação produzida no âmbito do Conselho. A Presidência, também, destacou a necessidade de aprimoramento da dinâmica das reuniões, enfatizando a importância do respeito à pauta previamente definida, da observância dos encaminhamentos deliberados e da manutenção de um ambiente de urbanidade entre os participantes.

Ressaltou que o bom funcionamento do Conselho depende da organização dos debates, do respeito ao uso da palavra e da conclusão dos temas pautados, registrando que esse aperfeiçoamento também constitui um dos objetivos do Regimento Interno em elaboração. Além disso, apresentou a pauta da presente reunião, informando que seriam discutidas demandas encaminhadas por conselheiras da sociedade civil, manifestações de representantes de grupos de voluntários do Parque e, posteriormente, seria realizada apresentação da Concessionária Reserva Parques sobre o andamento das obras, intervenções, restaurações e requalificações em execução no Parque Água Branca.

A Presidência informou que a pauta da presente reunião contemplaria, inicialmente, a apreciação de duas demandas encaminhadas por conselheiras da sociedade civil, relacionadas ao manejo realizado no bambuzal do Parque e ao acompanhamento das intervenções em andamento em área ambientalmente sensível. Na sequência, seriam ouvidas manifestações de representantes dos grupos de voluntários que atuam no cuidado dos animais do Parque Água Branca - PAB, em razão de solicitações previamente apresentadas ao Conselho.

Por fim, a reunião contaria com apresentação da Concessionária Reserva Parques sobre o andamento das obras, restaurações, requalificações e demais intervenções em execução no Parque, seguida de espaço para esclarecimentos e encaminhamentos finais



4.2. Considerações sobre o manejo do bambuzal e a visita técnica à APP

Após a Comunicação da Presidência, a primeira manifestação da pauta foi feita pela Conselheira Claudia Lukianchuki, que abordou o tema do manejo do bambuzal, assunto previamente solicitado pelas conselheiras da sociedade civil para inclusão na reunião. Em sua fala, explicou que ela e outras conselheiras foram procuradas por frequentadores do Parque após a realização da intervenção, relatando que a principal dificuldade não estava relacionada ao manejo em si, mas à ausência de informações prévias mais detalhadas sobre a forma como ele seria executado e seus impactos visuais.

Destacou ainda que o bambuzal possui significado especial para muitos usuários do Parque, sendo amplamente utilizado para atividades de contemplação, meditação e permanência, razão pela qual defendeu maior comunicação e compartilhamento de informações antes da realização de intervenções semelhantes. Na sequência, a Conselheira Márcia da Souza afirmou que a situação deveria servir como aprendizado para o aprimoramento da comunicação entre a Concessionária e o Conselho. Destacou que intervenções extraordinárias capazes de impactar aspectos ambientais, paisagísticos, culturais, históricos ou afetivos do Parque deveriam ser objeto de diálogo prévio com o colegiado, para além da mera comunicação formal dos fatos.

Defendeu a construção de um processo de escuta e participação que permitisse aos conselheiros apresentarem contribuições e compreender adequadamente as ações planejadas, contribuindo para reduzir conflitos e melhorar a comunicação com os frequentadores do Parque.

A Conselheira Jupira Cauhy manifestou preocupação quanto às restrições impostas à visita técnica solicitada pelo Conselho à área objeto de intervenção na APP, destacando que o acompanhamento das atividades em execução integra as atribuições do colegiado. Ressaltou que a possibilidade de acesso durante a realização dos serviços é importante não apenas para o exercício das funções de acompanhamento e fiscalização, mas também para que os conselheiros possam prestar informações adequadas aos frequentadores do Parque, frequentemente demandados acerca das intervenções realizadas. Em sua avaliação, a ausência desse acompanhamento contribui para o surgimento de dúvidas e questionamentos por parte da comunidade.

A Conselheira Jupira Cauhy relatou que, em 21 de julho, esteve no Parque e conversou sobre o manejo do bambuzal com a Sra. Sonia Reis e o Sr. Rafael, representantes da Concessionária, que teriam informado que encaminhariam



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

material sobre o manejo para compartilhamento. Segundo a conselheira, posteriormente foi solicitado que o pedido fosse formalizado por e-mail, o que ocorreu pela Presidência do Conselho no dia 22. Relatou que a resposta da Concessionária somente foi encaminhada em 27 de julho, por meio de documento de 18 páginas que tratava o questionamento como denúncia de conselheira e cuja divulgação e conteúdo teriam sido indicados como não compartilháveis. Manifestou entendimento de que, diante dessa restrição, o documento não atendia à finalidade solicitada e registrou expectativa de que seu conteúdo fosse apresentado na presente reunião.

Na sequência, a Conselheira Jupira Cauhy afirmou que o Conselho é integrado, entre outros, por representantes eleitos da sociedade civil e possui atribuições de acompanhamento da aplicação dos tombamentos, do Plano Diretor do Parque e do plano de intervenções da Concessionária. Relatou que, por essa razão, foi solicitada e agendada para as 9h daquela data visita à APP para conhecimento da intervenção em andamento. Registrou preocupação e discordância quanto ao impedimento de acesso ao local, afirmando que, embora a visita estivesse previamente agendada, os conselheiros foram impedidos de entrar sob justificativa de segurança relacionada à execução de obra. Acrescentou que, após o cancelamento da visita, verificou que não havia trabalhadores atuando no local e avaliou que o acesso poderia ter sido viabilizado. Ressaltou que o acompanhamento durante a execução dos serviços é relevante para o exercício das atribuições do Conselho e para o fornecimento de informações aos frequentadores do Parque, entendendo que a ausência desse acompanhamento contribui para dúvidas e questionamentos da comunidade.

Em resposta aos questionamentos apresentados pelas conselheiras acerca da visita técnica à Área de Preservação Permanente (APP), o Sr. David, Diretor de Operações da Concessionária Reserva Parques, esclareceu que a restrição de acesso ao local decorreu de protocolos de segurança vinculados às intervenções em andamento e ao respectivo plano de gestão de riscos. Informou que áreas submetidas a obras, manutenções ou requalificações permanecem temporariamente isoladas até que existam condições seguras para circulação de visitantes e demais interessados.

Ressaltou que a medida não teve por objetivo restringir as atribuições do Conselho, mas preservar a integridade física dos usuários e trabalhadores envolvidos nas atividades. Esclareceu ainda que as ações executadas na APP consistiam em intervenções de manutenção e requalificação de estruturas existentes, não havendo implantação de novas estruturas no local. Por fim, manifestou disposição da Concessionária em aprimorar a comunicação com o Conselho acerca das intervenções realizadas no Parque.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Em complementação ao debate, sobretudo na fala do Sr. David, a Conselheira Márcia ponderou que a situação evidenciava a necessidade de aprimoramento da comunicação entre a Concessionária e o Conselho. Destacou que a realização de visitas técnicas durante a execução das intervenções é importante não apenas para fins de fiscalização, mas também para possibilitar contribuições e troca de informações entre as partes.

Ressaltou que o acesso às áreas somente após a conclusão dos serviços restringe a oportunidade de participação do colegiado nos processos em andamento. A Conselheira observou ainda que a transparência e o compartilhamento prévio de informações contribuem para evitar especulações e fortalecer a relação de confiança entre a Concessionária, o Conselho e os frequentadores do Parque, reiterando a solicitação de realização de visita técnica à área em momento que ainda permita acompanhamento efetivo das atividades.

A Conselheira Jupira Cauhy manifestou que, após a apresentação do Sr. David sobre a intervenção em curso na APP, ficou ainda mais preocupada. Questionou qual obra estaria sendo realizada que impediria o Conselho de acompanhar a área no exercício de suas atribuições, afirmou entender que a Concessionária impediu o exercício de seu papel como conselheira e avaliou que esse tipo de conduta prejudica uma relação que, em sua visão, deveria se pautar pela transparência e pelo diálogo.

Em complemento as falas, a Conselheira Claudia Lukianchuki lembrou sua atuação histórica junto às questões relacionadas ao Parque Água Branca, mencionando a participação do movimento SOS Parque Água Branca - PAB e o acompanhamento de fiscalizações e audiências promovidas pelo Ministério Público ao longo dos últimos anos. Destacou a conselheira que, em experiências anteriores, representantes da sociedade civil puderam acompanhar vistorias em áreas objeto de intervenção, o que, em sua avaliação, contribuiu para a transparência dos processos e para o esclarecimento da população. Nesse contexto, defendeu que a visita técnica solicitada pelo Conselho à APP possuía finalidade semelhante, voltada ao acompanhamento das atividades em andamento e ao exercício das atribuições fiscalizatórias do colegiado. Acrescentou ainda que a APP possui legislação específica e, por se tratar de área bastante sensível, admite pouquíssima interferência.

Em resposta, o Sr. David, esclareceu que as atividades em execução na APP não consistiam em novas obras ou implantações, mas em serviços de manutenção e requalificação de estruturas já existentes, obrigações constantes no caderno de encargos da concessão. Ressaltou que a restrição temporária de acesso decorreu exclusivamente de questões de segurança relacionadas às intervenções em



andamento e afirmou compreender a importância do acompanhamento das atividades pelo Conselho.

O Sr. David destacou ainda que a realização de visita técnica poderá contribuir para o adequado esclarecimento das ações executadas, evitando interpretações equivocadas sobre as intervenções realizadas no local, comprometendo-se a viabilizar nova oportunidade de visita observadas as condições de segurança aplicáveis.

Em relação à visita técnica solicitada pelo Conselho à APP, a Presidenta, Sra. Ana Cláudia Aguiar, informou que as restrições de acesso haviam sido previamente comunicadas pela Concessionária. Tal informação foi devidamente compartilhada com os conselheiros, que, cientes das limitações apresentadas, decidiram pela manutenção da visita.

Não obstante, reconheceu a pertinência das manifestações apresentadas pelas conselheiras quanto à necessidade de que a visita ocorra durante a execução das atividades, de modo a possibilitar o adequado acompanhamento das intervenções pelo colegiado. Destacou que a avaliação das condições de segurança compete aos responsáveis técnicos, mas registrou a importância de que seja viabilizada nova visita técnica em momento oportuno, observadas as condições necessárias para acesso à área e o exercício das atribuições de acompanhamento e fiscalização do Conselho.

A Conselheira Márcia Maria Cunha da Souza sugeriu ao Sr. David que os projetos e intervenções previstos para o Parque sejam apresentados previamente ao Conselho, em fase anterior à sua execução, de modo a possibilitar diálogo, escuta qualificada e apresentação de contribuições pelos conselheiros.

Ressaltou que o compartilhamento antecipado das propostas favorece a transparência, reduz conflitos e permite que eventuais ponderações sejam consideradas antes da materialização das intervenções. Destacou ainda que a participação prévia do Conselho contribui para fortalecer a relação entre a Concessionária, o colegiado e a comunidade frequentadora do Parque.

4.3. Manifestações dos voluntariados por solicitação da Conselheira Claudia Lukianchuki

Após o encerramento das discussões relativas à APP, a Sra. Ana Cláudia Aguiar, retomou a condução dos trabalhos e passou ao item seguinte da pauta, esclarecendo que os temas relacionados ao voluntariado e aos animais do Parque haviam sido encaminhados ao Conselho por solicitação da Conselheira Claudia Lukianchuki.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Inicialmente, explicou que a Conselheira Claudia Lukianchuki já vinha dialogando com representantes da Concessionária acerca das demandas apresentadas pelos voluntários que atuam junto aos animais do Parque Água Branca - PAB, especialmente em relação aos cuidados prestados às aves e às mudanças ocorridas após a concessão. Informou que havia sido cogitada a realização de reunião específica sobre o tema, mas questões de agenda e o acúmulo de outras reuniões acabaram postergando esse encontro.

Em seguida, a Conselheira Claudia Lukianchuki contextualizou o tema, esclarecendo que havia sido procurada por voluntários que atuam no cuidado dos animais do Parque Água Branca - PAB e que já vinha buscando interlocução com representantes da Concessionária para tratar das dificuldades relatadas.

Ressaltou que os voluntários exercem papel historicamente reconhecido junto ao Parque e que sua atuação encontra respaldo no Plano Diretor, destacando que se trata de atividade desenvolvida em benefício do equipamento público e de seus animais. Observou que questões relacionadas ao voluntariado, ao manejo dos animais e à relação entre voluntários, equipe técnica e Concessionária vem gerando preocupações recorrentes e merecem tratamento institucional adequado.

Por fim, afirmou que os voluntários solicitaram espaço de fala na reunião para relatar diretamente as situações que vinham enfrentando em suas atividades e que o registro dessas manifestações em ata permitiria dar transparência às questões apresentadas e subsidiar futuros encaminhamentos por parte do Conselho.

Após a contextualização apresentada pela Conselheira Claudia Lukianchuki, a Sra. Ana Cláudia da Costa Aguiar, esclareceu que seria concedido tempo de até três minutos para cada manifestação, com o objetivo de assegurar a adequada condução dos trabalhos e possibilitar a apreciação dos demais itens constantes da pauta. Na sequência, passou a palavra aos representantes do voluntariado presentes na reunião para que apresentassem suas considerações ao Conselho.

O Sr. Flávio, na posição de voluntário, informou atuar voluntariamente no Parque há 13 anos, especialmente junto às aves. Relatou que, em 5 de fevereiro de 2026, teria sido compelido, juntamente com outros voluntários, a assinar Termo de Colaboração, com exigência de sigilo, e que a assinatura teria sido apresentada como condição para manutenção do acesso aos zootécnicos. Afirmou que, após a assinatura, percebeu aumento da vigilância e restrições às atividades antes desempenhadas, inclusive práticas de alimentação que, segundo ele, seguiam orientações anteriormente recebidas da equipe técnica. Relatou ainda que, em 18 de julho, após recolher ovos e devolvê-los cozidos para alimentação das aves, prática que



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

afirmou realizar anteriormente com autorização, foi acusado de retirada indevida dos ovos. Solicitou ao Conselho acesso e análise do Termo de Colaboração, a apuração da acusação que considera injusta e a retomada do diálogo sobre as regras aplicáveis às atividades voluntárias, mencionando que havia sido prometida a disponibilização de fogareiro para preparo dos ovos no próprio Parque.

Em complemento, a Sra. Virgínia informou atuar como voluntária há 14 anos e relatou que a relação com a nova gestão teria se alterado após a assinatura do Termo de Cooperação, em 5 de fevereiro de 2026, mencionando maior fiscalização por câmeras e comunicações de proibições. Relatou dedicar-se diariamente às aves mais frágeis e informou que parte delas havia sido transferida para o espaço denominado Extra e, posteriormente, para o prédio 84. Segundo seu relato, em 28 de abril foi comunicada sobre a doação de galos e, no dia seguinte, sobre a possibilidade de sacrifício de 11 das 17 aves mantidas em gaiolas, sendo-lhe solicitado que buscasse local para recebê-las; afirmou que, com apoio de protetores, encontrou santuário que recebeu esses animais e, posteriormente, outras aves, inclusive algumas com deficiência visual. Manifestou preocupação com a convivência de aves mais fortes e vulneráveis e afirmou que suas observações não vinham sendo consideradas por não integrar a equipe técnica. Acrescentou que, em 5 de agosto, percebeu a ausência de outros galos e foi informada de nova doação de 13 animais, situação que gerou discussão com a gestão. Ressaltou reconhecer que os animais não são de propriedade dos voluntários, mas defendeu o reconhecimento da contribuição histórica do grupo para o cuidado e a proteção das aves.

Após as manifestações dos voluntários, a Conselheira Claudia Lukianchuki lembrou que o Plano Diretor consideraria a atuação histórica do voluntariado no cuidado dos animais e afirmou que a proteção do bem comum constitui responsabilidade compartilhada entre o poder público e a sociedade civil. Destacou que os voluntários também exercem função de acompanhamento e fiscalização e defendeu que as regras aplicáveis à atividade, inclusive o Termo de Colaboração, sejam construídas de forma conjunta, levando em conta o conhecimento acumulado pelos colaboradores ao longo dos anos. Registrou ainda preocupação com a descontinuidade da atuação do Sr. Flávio sem conhecimento prévio do Conselho e avaliou que ainda seria possível construir solução de forma conjunta.

Após as manifestações do Sr. Flávio e da Sra. Virgínia, a Presidência, concedeu a palavra aos representantes da Concessionária para que apresentassem esclarecimentos acerca das questões levantadas pelos voluntários.

Em resposta, a veterinária Cláudia esclareceu que, após o início da concessão, foram implementadas alterações nos protocolos de alimentação, manejo e

acompanhamento sanitário das aves, com fundamento em critérios técnicos de bem-estar animal e medicina veterinária. Informou que os animais passaram a receber alimentação balanceada, suplementação nutricional e acompanhamento veterinário permanente, observando-se protocolos sanitários compatíveis com as necessidades de cada espécie.

Explicou ainda que os ovos produzidos pelas aves não são destinados ao consumo, uma vez que os animais recebem medicamentos, vacinas e outros tratamentos veterinários que inviabilizam essa finalidade. Ressaltou que as decisões relacionadas ao manejo e à saúde dos animais são embasadas em registros técnicos, exames, necrópsias e demais procedimentos de controle adotados pela equipe responsável.

O representante técnico, o Sr. Rafael, acrescentou que a Concessionária reconhece a importância da atuação dos voluntários e permanece aberta ao diálogo, mas destacou que a gestão dos animais deve observar diretrizes técnicas, sanitárias e legais aplicáveis. Informou que as orientações repassadas aos voluntários visam garantir o adequado manejo dos animais e a observância das normas de bem-estar animal adotadas no Parque.

Na sequência, o Sr. Rafael, representante da Concessionária, apresentou esclarecimentos sobre o termo de colaboração firmado com os voluntários. Informou que o documento foi disponibilizado previamente para análise dos interessados antes de sua assinatura e que sua finalidade consiste em estabelecer responsabilidades, critérios de atuação e procedimentos de segurança relacionados às atividades voluntárias desenvolvidas no Parque. Ressaltou que a formalização do instrumento buscou conferir maior organização e segurança jurídica à relação entre os voluntários e a administração do equipamento, afirmando que não houve intenção de impor qualquer forma de coação aos participantes.

Por fim, a Concessionária reafirmou seu interesse na manutenção do diálogo com os voluntários e informou que seria realizada reunião específica para aprofundar a discussão das questões apresentadas, especialmente aquelas relacionadas ao manejo dos animais, às atribuições dos voluntários e aos fluxos de comunicação entre as partes. Encerradas as manifestações dos voluntários e os esclarecimentos apresentados pela Concessionária, a Presidência, Sra. Ana Cláudia da Costa Aguiar, agradeceu as contribuições apresentadas e registrou que os temas relacionados ao voluntariado e ao manejo dos animais seriam aprofundados em reunião específica a ser realizada entre as partes envolvidas.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Na sequência, informou o encerramento daquele bloco de discussões e passou ao próximo item da pauta, correspondente à apresentação da Concessionária Reserva Parques sobre o andamento das intervenções, obras, restaurações, requalificações e atividades de manutenção em execução no Parque Água Branca - PAB. Antes do início da exposição, esclareceu que, após a apresentação, seria aberto espaço para manifestações dos conselheiros e dos demais participantes, observadas as regras de organização e os tempos de fala previamente estabelecidos para a reunião.

Antes do início da apresentação da Concessionária, foram franqueadas breves manifestações aos participantes presentes no plenário, que abordaram temas relacionados às intervenções em áreas tombadas, à necessidade de compartilhamento prévio de projetos e estudos com o Conselho, aos critérios adotados para manutenção de áreas pavimentadas e à importância da participação social nos processos de conservação e restauro do patrimônio ambiental e cultural do Parque.

Em seguida, o Sr. Denis, voluntário atuante no cuidado dos animais do Parque, relatou sua longa trajetória de colaboração junto às aves e demais animais mantidos no local. Destacou que, ao longo dos anos, realizou contribuições pessoais para aquisição de alimentos e apoio às atividades de manejo, afirmando que os voluntários sempre atuaram de forma comprometida com o bem-estar dos animais. Ressaltou que a experiência acumulada pelos colaboradores ao longo de muitos anos de convivência diária com as aves lhes proporcionou conhecimento prático importante acerca de seus comportamentos e necessidades.

O voluntário manifestou preocupação com a redução do diálogo entre a administração do Parque e os colaboradores que atuam diretamente com os animais, afirmando que os voluntários passaram a enfrentar maiores restrições de acesso às áreas onde exercem suas atividades e dependem constantemente de apoio operacional para realização de tarefas rotineiras. Segundo relatou, tal situação tem gerado dificuldades no desenvolvimento das ações de acompanhamento e cuidado dos animais.

O Sr. Denis também defendeu maior reconhecimento ao trabalho desenvolvido pelos voluntários e ressaltou a importância de que suas observações e experiências sejam consideradas nos processos de tomada de decisão relacionados ao manejo animal. Destacou, por fim, que sua manifestação tinha por objetivo contribuir para o aprimoramento da relação entre voluntários, equipe técnica e Concessionária, sempre em benefício dos animais e do Parque Água Branca – PAB.

Em resposta, representantes da Concessionária apresentaram esclarecimentos sobre os procedimentos de aprovação dos projetos junto aos órgãos competentes e sobre o Plano Geral de Intervenções em execução. Encerradas as manifestações, a Presidência, Sra. Ana Cláudia da Costa Aguiar, passou ao item seguinte da pauta, destinado à apresentação da Concessionária Reserva Parques.

Após a manifestação do Sr. Denis, a Presidenta Suplente, retomou a condução dos trabalhos e procurou sistematizar os encaminhamentos decorrentes das discussões sobre o voluntariado. Registrou que havia sido mencionada a necessidade de análise do termo de colaboração firmado com os voluntários e manifestou entendimento de que o documento deveria ser avaliado conjuntamente pelo Conselho. Também indicou a necessidade de aprofundar o debate em espaço específico, diante da complexidade das questões apresentadas

Na sequência, a Conselheira Márcia da Souza auxiliou na consolidação dos encaminhamentos, destacando três pontos principais: (a) a realização da visita técnica à APP; (b) a análise do termo de colaboração mencionado pelos voluntários; e a (c) continuidade das discussões sobre a atuação dos voluntários e sua relação com a Concessionária. A conselheira manifestou disposição para contribuir na análise do instrumento apresentado aos voluntários, visando verificar sua adequação aos objetivos da colaboração desenvolvida no Parque.

Em seguida, foi aberta nova oportunidade de manifestação ao plenário. A Sra. Regina, manifestou-se sobre a importância da participação popular nos processos de discussão e acompanhamento das ações desenvolvidas no Parque da Água Branca. Ressaltou sua atuação em temas relacionados ao Parque desde 2010 e defendeu a realização de visitas técnicas durante a execução das intervenções, especialmente em áreas sensíveis, para possibilitar o efetivo acompanhamento e fiscalização por parte da sociedade civil e dos conselheiros.

Em sua fala, destacou que a participação da sociedade civil e o exercício do controle social são elementos fundamentais da gestão pública e da preservação do patrimônio ambiental e cultural. Para fundamentar esse entendimento, leu trecho de parecer de Procurador do Município, segundo o qual o ambiente democrático está sujeito a manifestações de descontentamento e divergências de opinião, consideradas inerentes ao processo participativo e democrático, não sendo tais manifestações, por si só, motivo para invalidação ou nulidade das discussões realizadas em instâncias participativas

Em seguida, a discussão evoluiu para temas relacionados aos projetos de intervenção no parque, às áreas tombadas e à necessidade de compartilhamento



prévio de informações com o Conselho, antes da Presidência encaminhar formalmente a reunião para a apresentação institucional da Concessionária sobre o andamento das obras e requalificações em curso.

4.4. Apresentação da concessionária sobre as intervenções em andamento no Parque

Na sequência, a Sra. Sônia, representante da Concessionária Reserva Parques, realizou a apresentação sobre as intervenções, manutenções, restaurações e requalificações em andamento no Parque Água Branca - PAB. Inicialmente, foram prestados esclarecimentos sobre o manejo realizado no bambuzal, informando que a intervenção decorreu de avaliação técnica especializada e teve como objetivo a remoção de exemplares excessivamente adensados, comprometidos ou que apresentavam risco estrutural.

A representante da Concessionária Reserva Parques, Sra. Carol, esclareceu que o manejo realizado no bambuzal teve caráter técnico e foi executado por empresa especializada, sob responsabilidade de profissional habilitado. Informou que a intervenção consistiu na remoção de colmos comprometidos e excessivamente adensados, visando a preservação da vegetação, a segurança dos usuários e a manutenção da área. Destacou que não houve supressão integral do bambuzal, permanecendo maciços preservados e saudáveis no local.

Esclareceu ainda que o bambu é uma espécie de rápido crescimento e que a intervenção foi planejada para permitir a regeneração adequada da vegetação remanescente. Informou que os materiais cortados ainda seriam retirados em etapa posterior dos trabalhos, compondo a fase de limpeza e destinação dos resíduos vegetais.

Além disso, ressaltou que a ação foi realizada mediante autorização dos órgãos competentes e que se enquadra nas atividades de manutenção e conservação previstas para o Parque. Informou também que outras etapas de manejo ainda seriam executadas em áreas adjacentes, com o objetivo de garantir a estabilidade dos maciços de bambu, a segurança dos frequentadores e a preparação da área para futuras intervenções previstas nos encargos da concessão.

A Sra. Sônia, por sua vez, apresentou, ainda, o andamento das intervenções já concluídas ou em fase final de execução, destacando a requalificação do entorno do Auditório Paulinho Nogueira, que incluiu melhorias nos caminhos de circulação, drenagem e paisagismo. Informou também a revitalização da área do *playground*,



GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

com adequações de segurança, reposição de areia e recuperação dos equipamentos existentes.

Foi comunicado pela Sra. Sônia, representante da Concessionária Reserva Parques, que os sanitários próximos ao *playground* haviam passado por reforma e estavam em fase final de liberação para uso dos frequentadores. Da mesma forma, foram apresentados os serviços executados no Tanque das Carpas, incluindo a recuperação do entorno, adequações paisagísticas e instalação de medidas preventivas de segurança após a ocorrência da queda de uma árvore próxima ao local.

Com relação aos quiosques, a Concessionária informou que as obras se encontravam em estágio avançado e que o espaço será devolvido à população com nova funcionalidade voltada à leitura e atividades culturais. Também foram relatadas melhorias já realizadas na Praça do Idoso, incluindo substituição de equipamentos e recuperação de estruturas de apoio.

A Sra. Sônia, por sua vez, comunicou o andamento das manutenções na subestação elétrica do Parque, esclarecendo que os trabalhos exigem restrições temporárias de acesso em razão dos riscos inerentes à operação dos equipamentos. Informaram também que a Portaria G4 recebeu serviços de recuperação estrutural, incluindo manutenção de muros, portões e demais elementos construtivos existentes.

Em relação às edificações históricas, foi informado pela Sra. Sônia que a Casa do Caboclo se encontra em processo de restauração, preservando suas características arquitetônicas originais, enquanto outras estruturas, como o Pombal e edificações integrantes dos encargos de conservação, permanecem em diferentes fases de planejamento, contratação ou execução, observadas as exigências dos órgãos de preservação do patrimônio.

A Sra. Sônia também apresentou o planejamento para recuperação das alamedas internas e áreas pavimentadas do Parque. Foi esclarecido que as intervenções serão realizadas em etapas para minimizar impactos à circulação dos usuários e ao funcionamento da Feira Orgânica. Informou-se que a execução seguirá cronograma específico, preservando acessos essenciais e observando as condicionantes estabelecidas pelos órgãos de preservação e acessibilidade.

A Sra. Carol, por sua vez, esclareceu que todas as intervenções realizadas no Parque decorrem de projetos, planos de manutenção ou programas de conservação previamente submetidos à análise e aprovação dos órgãos competentes de preservação patrimonial, incluindo CONDEPHAAT e CONPRESP, bem como das

instâncias responsáveis pelo acompanhamento da concessão. Informaram que as atividades vêm sendo executadas em conformidade com o Plano Geral de Intervenções do Parque e com as condicionantes estabelecidas nos respectivos processos administrativos.

Por fim, foi apresentada a programação de recuperação da Alameda 53 e de trechos do sistema viário interno do Parque, informando-se que os serviços serão executados em etapas para reduzir impactos à circulação dos usuários e às atividades da Feira Orgânica. A Concessionária esclareceu que as intervenções observarão os projetos aprovados pelos órgãos de preservação do patrimônio, bem como as exigências de acessibilidade e circulação estabelecidas para o Parque Água Branca.

O Sr. David, Diretor de Operações, apresentou o planejamento das intervenções nas alamedas internas do Parque da Água Branca, informando que os serviços previstos incluem fresagem e recuperação de trechos já asfaltados, especialmente na Alameda 53 e em seu entorno. Esclareceu que as obras seriam realizadas em etapas, de forma a minimizar impactos à circulação dos usuários e ao funcionamento das atividades do Parque, em especial da feira orgânica.

Aberta à palavra as considerações sobre a apresentação da Concessionária, a conselheira Jupira Cauhy informou que a pauta referente ao manejo do bambuzal foi solicitada em razão da grande repercussão gerada entre os frequentadores do Parque após a intervenção realizada. Relatou que os conselheiros foram amplamente procurados pela população para prestar esclarecimentos sobre a ação, sem que dispusessem, naquele momento, de informações detalhadas acerca dos critérios e objetivos do manejo executado.

A Sra. Bete, no plenário, identificando-se como bióloga botânica aposentada, manifestou preocupação em relação ao manejo realizado no bambuzal. Relatou sua percepção de que parte significativa dos bambus removidos era composta por indivíduos jovens e observou que, em sua avaliação, a intervenção pode ter sido excessiva. Comentou também que a ocupação do espaço próximo à escada teria sido influenciada por alterações ocorridas anteriormente no local.

Não obstante, a conselheira Jupira Cauhy solicitou informações acerca do andamento das intervenções nas edificações vinculadas à Fazenda Churrascada, bem como esclarecimentos sobre a situação de funcionamento do empreendimento. A representante da Concessionária, Sra. Sônia, informou que os projetos referentes à fachada do edifício 15 encontravam-se em tramitação administrativa e contratual. Quanto aos demais questionamentos relacionados ao empreendimento, ficou

consignado o pedido para apresentação posterior de informações atualizadas sobre o andamento das intervenções e demais providências relacionadas ao tema.

Além disto, a Sra. Fernanda, no plenário, arquiteta, manifestou-se esclarecendo aspectos técnicos relacionados à preservação do patrimônio tombado. Destacou que um bem tombado não constitui um bem "congelado" no tempo, sendo admissíveis intervenções, desde que fundamentadas tecnicamente e em conformidade com as diretrizes dos órgãos de preservação. Ressaltou que os processos de intervenção devem considerar diagnósticos, pesquisas e estudos que permitam identificar elementos originais, alterações realizadas ao longo do tempo e características que mereçam ser preservadas ou recuperadas.

Não obstante, a Sra. Fernanda, ressaltou a existência de pisos drenantes e outras soluções contemporâneas que poderiam contribuir para a permeabilidade do solo e para a qualificação dos espaços. Em relação ao *playground*, observou que os equipamentos infantis exigem áreas adequadas de amortecimento e segurança e ponderou que a utilização de areia não seria a única solução possível, existindo alternativas atualmente empregadas em espaços infantis, como gramados e outros revestimentos apropriados para absorção de impacto e circulação de crianças

A Sra. Sônia informou que foram agendadas reuniões específicas para tratar das questões levantadas pelos voluntários. Comunicou que está prevista reunião em 20 de agosto, destinada à discussão dos temas relacionados ao voluntariado, e outra em 27 de agosto, voltada especificamente ao manejo das aves e às demandas apresentadas pelos voluntários que atuam junto aos animais do Parque. Esclareceu que esses encontros terão o objetivo de aprofundar os assuntos tratados na reunião do Conselho e buscar encaminhamentos adequados para as questões apresentadas.

Na sequência, relatou a recente visita de representantes da Coordenadoria de Defesa Agropecuária da Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo ao Parque da Água Branca, realizada em razão das preocupações relacionadas à gripe aviária e após ocorrência envolvendo ave silvestre em outro Parque da cidade. Informou que os técnicos realizaram vistoria das instalações, dos recintos, dos animais e dos procedimentos de manejo adotados no Parque. Segundo relatado, a equipe avaliou positivamente os controles sanitários implementados, incluindo o acompanhamento veterinário, os registros de manejo e os protocolos de monitoramento das aves

Nada mais havendo a tratar, a Presidente em exercício, Ana Cláudia, registrou a necessidade de aprimoramento da dinâmica das reuniões, de modo a garantir maior efetividade no cumprimento das pautas e dos encaminhamentos do Conselho.



**GOVERNO DO ESTADO
DE SÃO PAULO**
Secretaria de Parcerias
em Investimentos

Reforçou a importância da observância dos temas previamente divulgados e da continuidade das medidas voltadas à transparência e à participação social. Em seguida, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a 8ª Reunião Ordinária de 2026 do Conselho de Orientação do Parque da Água Branca.

5. Encaminhamentos finais

- a)** Solicitou-se a realização de uma visita técnica durante a execução das intervenções na APP.
- b)** Solicitou-se uma reunião extraordinária para leitura da versão consolidada do Regimento Interno, a ser realizada, se possível, no dia 19 de agosto de 2026, às 10:00.
- c)** Solicitou-se a análise do termo de colaboração assinado pelos voluntários.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, sendo determinada a lavratura da presente ata.

LISTA DE REPRESENTANTES

Reunião Conselho de Orientação do Parque Dr. Fernando Costa Água Branca

Membros		Entidades	Nome	E-mail	Telefone	Assinatura
Do Governo do Estado	Titular	Secretaria de Parcerias em Investimentos	Cecília Thomé Alvarez	calvarez@sp.gov.br		
	Suplente	Secretaria de Parcerias em Investimentos	Ana Cláudia da Costa Aguiar	ana.aguiar@sp.gov.br		ACAguiar
	Titular	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	José Carlos de Faria Cardoso Junior	joze.faria@sp.gov.br		
	Suplente	Secretaria de Agricultura e Abastecimento	Rogério Nascimento Alves	rogerio.alves@sp.gov.br	(11) 5067-0327	Rogério de N. Alves
	Titular	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura Logística - DPU	Cristiane dos Santos Oliveira	cristianeoliveira@sp.gov.br	(11) 3133-3904	
	Suplente	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura Logística - DPU	Antonia Gleblzelde Carneiro da Silva	antoniag@sp.gov.br	(11) 3133-3196	
	Titular	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura Logística - DBB	Paloma Rocha Arakaki	paloma.arakaki@sp.gov.br	(11) 5077-6627	
	Suplente	Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura Logística - DBB	Silvana Back Franco	silvanabf@sp.gov.br	(11) 3133-3877	
Da Sociedade Civil	Titular	Associação dos Moradores e Amigos do Sumaré	Sonia Maria Verguelro Porto	portobela2002@hotmail.com		Sonia Maria Verguelro Porto
	Titular	Instituto dos Arquitetos do Brasil	Márcia Maria Cunha de Souza	marciacunha9000@gmail.com	(11) 96303-1473	Márcia Maria Cunha de Souza
	Titular	Instituto Casa da Cidade	Cláudia Lukianchuk	classer@uol.com.br	(11) 98379-9979	Cláudia Lukianchuk
	Titular	Instituto Rogacionista	Jupira Cauhy	jucauhy@gmail.com		Jupira Cauhy
	Suplente	Associação da Agricultura Orgânica	Polyana Vilas Boas	secretaria.aaorganica@gmail.com polyanavilasboas@gmail.com	(15) 996837486	Polyana Vilas Boas
	Suplente	Instituto Núcleo da Melhor Idade - Estação Vida	Alexander Tomaz Nobre	alex.tnobre@gmail.com	11 963193529	Alexander Tomaz Nobre
	Suplente	Movimento Defesa São Paulo	Ana Maria Orsi	anamariaorsi@atimo.com.br	(11) 98351-0093	Ana Maria Orsi
	Suplente	Associação de amigos e moradores pela preservação do Alto da Lapa e Bela Aliança	Débora Arena Mismetti	deboramismetti@gmail.com	(11) 98222-9565	Débora Arena Mismetti
Convidados						

LISTA DE PRESENÇA

Reunião Conselho de Orientação do Parque Dr. Fernando Costa Água Branca

	Entidades	Nome
Convidados	VOLUNTARIA - AVES	VIRGINIA C. PATISTA
	VOLUNTARIO - AVES - GATOS	DENNIS B. SCHRADER.
	SEMIL - DPU	Juliana Riba
	Dance Circular - bambuzal	Maria Elizabeth Micheli
	LABERVA Parques	Rafael Cancon
	Reserva Parques	Claudio Oliveira
	Reserva Parques	Iris Janneth
	Reserva Parques	
	Reserva Parques	
	Reserva Parques	Genny Pado
	Reserva Parques	Rafael V.
	Reserva Parques	David G.
	Benedita Machado (Frequentadora)	RAIS
	LAB-SP	FERNANDA DE ABREU MOREIRA
	Bonair Oliveira Costa, Frequentadora	Regina de Lina Pado
	APPIT / Celso Pilo Parque da Água Branca	Maura Takemiyu
	voluntária	Stella
	voluntária - gatos	Flavio
	voluntário	Eliane Pimentes
	Frequentadora	CLETON A. DE PAULA
	APPIT / PROHIBINDO POLI	GILSON C. Hadasch

Simone Pereira

Yara de Abreu Longo Najman / vizinha voluntária

[Handwritten signature]